

Os Fluxos de Comércio do Rio Grande do Sul: Trocas Interestaduais e com o Resto do Mundo

Ana Lúcia Tatsch¹
Vanessa de Souza Batisti²

Resumo: Este artigo analisa os fluxos comerciais do Rio Grande do Sul, doravante RS, com os demais estados do País e com o exterior. A Secretaria da Fazenda do RS e o Sistema ALICE do MDIC foram as fontes utilizadas. O RS possui superávits em ambos os fluxos de comércio. O estado de São Paulo é o principal parceiro comercial interestadual, embora a relação comercial seja deficitária para o RS. A pauta de exportação gaúcha é fortemente calcada em produtos intensivos em trabalho e em recursos naturais; já a pauta interestadual de produtos vendidos no mercado doméstico é mais diversificada e apresenta maior complexidade.

Palavras-chave: Fluxos comerciais. Comércio interestadual. Comércio externo. Rio Grande do Sul.

Trade Flows of Rio Grande do Sul: Exchanges Interstates and with the Rest of the World

Abstract: This article analyzes the trade flows of the RS with the other states of the country and abroad. The Department of Finance of RS studies and ALICE System of the Ministry of Development, Industry and Foreign Trade were the sources consulted. The RS has surpluses in both trade flows. The state of São Paulo is the main trading partner, although the relationship is trade deficit for the RS. The RS exports goods are strongly based on products that are intensive in labor and natural resources. The interstate staff of products sold on internal market is more diversified and has more complex features.

Keywords: Trade flows. Interstate trade. Balance of foreign trade. Rio Grande do Sul.

Classificação JEL: R00, R10, R20

1. Introdução

Este artigo apresenta os resultados de um estudo que pretendeu descrever e analisar os fluxos comerciais do estado do Rio Grande do Sul (RS) – no que tange às transações comerciais com os demais estados do País e com o exterior³. São dois os focos do estudo, a Balança Comercial Interestadual e a Balança de Comércio Externo do RS. No caso da Balança Comercial Interestadual, a análise se refere às trocas com outros estados da federação, de maneira a obter os valores dos fluxos de saída e de entrada de bens e serviços – o chamado comércio por vias internas. Já no que se refere à Balança Comercial gaúcha, apreciam-se as exportações e as importações com o resto do mundo.

Geralmente, os trabalhos voltados para a análise de fluxos comerciais têm foco no comércio externo. Acredita-se, no entanto, que tal exame seja insuficiente para que se tenha um quadro mais

¹Doutora em Economia pela UFRJ. Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. E-mail: analuciatatsch@gmail.com.

²Mestre em Economia pela UNISINOS. Professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. E-mail: vanessa.batisti@gmail.com.

³O referido estudo foi realizado no âmbito do projeto de pesquisa, financiado pelo BNDES, intitulado **Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil** (TATSCH *et al.*, 2009).

fidedigno da realidade da estrutura produtiva do estado, isso porque o padrão de comércio interestadual não necessariamente coincide com aquele do comércio internacional.

Buscou-se, primeiramente, avaliar a dimensão e a natureza dos fluxos de trocas de bens e serviços entre o estado do RS e as demais regiões do País. Para tanto, analisou-se a pauta de saídas e de entradas do comércio por vias internas a partir de estudos e análises da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul (SEFAZ-RS), o que permitiu examinar as relações comerciais entre o RS e os demais estados brasileiros, inferindo, a partir daí, o grau de (in)dependência econômica da economia gaúcha. Pôde-se, ainda, observar os produtos que são comprados e vendidos e a natureza das atividades comercializadas.

Além disso, os dados de comércio exterior, isto é, os fluxos de importação e exportação do Rio Grande do Sul são também alvo de análise. Nesse caso, os dados foram obtidos a partir do Sistema ALICE do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

O artigo está organizado em cinco seções, contando esta introdução. Na segunda seção trata-se dos aspectos metodológicos. Na seção 3, apresentam-se a balança comercial interestadual e a de comércio exterior para o RS. Na quarta seção verificam-se as características da balança comercial do estado segundo a intensidade dos fatores de produção e a natureza da atividade econômica – conforme classificação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). E na quinta e última seção são feitas as considerações finais.

2. Aspectos Metodológicos

Os dados sobre os quais são feitas as análises advêm, especialmente, de duas fontes: do MDIC e da SEFAZ-RS. No primeiro caso, buscaram-se as estatísticas de comércio externo junto ao *site* do Ministério e por meio do Sistema ALICEWeb. Já no que diz respeito aos dados da SEFAZ-RS, foram utilizados os dados publicados pela Secretaria em seus relatórios técnicos. Para complementar as análises também foram utilizados artigos, estudos e cartas de conjuntura da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE-RS).

A princípio, o ano escolhido como referência para a elaboração da balança de comércio interestadual, via uma análise *Cross Section*, foi o de 2006. A escolha desse ano decorreu do fato de que a partir de 2007 foi implementada a lei do Super Simples Nacional⁴, a partir da qual as empresas passaram a estar desobrigadas a responder o formulário fiscal para as Secretarias da Fazenda. Entretanto, em razão da SEFAZ-RS não ter disponibilizado a base de dados para o estudo, contou-se com os dados já publicados cujo ano de referência mais recente é 2002. Vale frisar que no caso do RS não há informações publicadas sobre comércio por vias internas cujas análises sejam mais recentes do que 2002. Assim, as análises do comércio por vias internas foram feitas para um período distinto daquele realizado para o comércio externo (2006). Além desses anos, outros períodos foram também examinados para que se pudessem realizar comparações e qualificar a análise.

Já para a análise por grupos de atividades discriminadas segundo a intensidade de fatores de produção e/ou fatores definidores da competição, valeu-se da classificação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁵. De acordo com essa classificação, as atividades produtivas podem ser: intensivas em recursos naturais, intensivas em trabalho, intensivas em economia de escala, intensivas em especialização, intensivas em conhecimento e as demais atividades. Além da balança comercial pela intensidade dos fatores, também se organizou a balança por natureza da atividade econômica – atividades agrícolas e agroindustriais, atividades industriais, serviços e demais.

⁴ Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

⁵ A classificação das atividades econômicas segundo a intensidade de fatores de produção é uma classificação utilizada pela OCDE, que tem um elevado potencial analítico, mas apresenta também certas limitações em seu uso. Vasconcelos e Oliveira (2006) fazem uma discussão a esse respeito.

Vale frisar que os trabalhos de Vasconcelos (2001a; 2001b) e Vasconcelos e Oliveira (2006) inspiraram a metodologia aqui desenvolvida. O trabalho de Botelho, Correa e Garlipp (2012) faz análise semelhante para o caso de Minas Gerais.

3. Balança comercial interestadual e de comércio exterior

Nesta seção, examina-se a Balança Comercial Interestadual, de maneira a obter os valores dos fluxos de saída e de entrada de bens e serviços – o chamado comércio por vias internas. Em outras palavras, a análise objetiva avaliar o volume e as características dessas transações com outros estados brasileiros.

Segundo Guaragna (2004, p. 5), “a importância do mercado interno gaúcho na composição dos fluxos teoricamente sujeitos ao ICMS é da ordem de 68%, ficando os 32% restantes para o mercado brasileiro (25%) e o mercado externo (7%)”. A Tabela 1 apresenta as entradas e saídas interestaduais por origem e destino dos principais estados no período compreendido entre 1997 e 2002. Pode-se, assim, examinar com quais unidades da federação o Rio Grande do Sul mais se relacionou comercialmente, por meio da apreciação do saldo das entradas e saídas, se superavitário ou não (saídas maiores ou menores que entradas).

Observa-se que o Rio Grande do Sul vendeu mais para outros estados da federação do que comprou deles, obtendo um saldo superavitário de R\$ 7,891 bilhões no período analisado, já que as saídas totais representaram R\$ 203,103 bilhões, superando as entradas com montante de R\$ 195, 212 bilhões.

Ao se analisarem as macrorregiões brasileiras, percebe-se que o maior saldo positivo advém das relações de comércio com o Nordeste do País, atingindo um resultado superior aos R\$ 13 bilhões. Na sequência estão as seguintes regiões com os respectivos superávits: Centro-Oeste, R\$ 6,186 bilhões; demais estados do Sul, com R\$ 2,338 bilhões; e Norte, R\$ 1,122 bilhão.

No entanto, com relação ao Sudeste, há um saldo negativo próximo aos R\$ 14,8 bilhões. Embora seja para essa região que o RS mais vendeu, foi dela também que mais comprou e, portanto, é com ela que se estabelece o maior fluxo de comércio. Ainda quanto a saldos negativos, há também déficits nas transações com os estados do Amazonas e do Paraná.

O segundo maior fluxo de comércio ocorreu com os demais estados da Região Sul. Dessa forma, observa-se que o fluxo comercial com essas duas regiões – Sudeste e Sul – alcançou em torno de 85% do fluxo total de transações realizadas pelo Rio Grande do Sul.

Os maiores parceiros gaúchos em termos de entradas (compras) e saídas (vendas) foram então: São Paulo (R\$ 100,57 e R\$ 78,38 bilhões), Santa Catarina (R\$ 27,06 e R\$ 29,77 bilhões), Paraná (R\$ 22,81 e R\$ 22,44 bilhões), Rio de Janeiro (R\$ 13,45 e R\$ 17,13 bilhões) e Minas Gerais (R\$ 10,47 e R\$ 13 bilhões). Os Gráficos adiante resumem essas informações ao destacarem os percentuais de participação de cada estado no fluxo de comércio.

Tabela 1 - Entradas e saídas interestaduais (em R\$) por origem e destino dos principais estados brasileiros no período de 1997 a 2002

Região / Estado	Entradas	Saídas	Saldo	Fluxo Comércio
Sul	49.875.969.916,00	52.214.448.155,00	2.338.478.239,00	102.090.418.071,00
SC	27.065.187.593,00	29.768.970.817,00	2.703.783.224,00	56.834.158.410,00
PR	22.810.782.323,00	22.445.477.338,00	-365.304.985,00	45.256.259.661,00
Sudeste	125.824.614.920,00	111.058.412.200,00	-14.766.202.721,00	236.883.027.120,00
SP	100.570.484.375,00	78.388.371.922,00	-22.182.112.453,00	178.958.856.297,00
RJ	13.447.840.057,00	17.133.800.650,00	3.685.960.593,00	30.581.640.707,00
MG	10.471.707.257,00	13.001.312.970,00	2.529.605.713,00	23.473.020.227,00
ES	1.334.583.231,00	2.534.926.658,00	1.200.343.426,00	3.869.509.889,00
Centro-Oeste	7.305.606.980,00	13.492.060.811,00	6.186.453.833,00	20.797.667.791,00
GO	2.731.672.894,00	4.550.959.774,00	1.819.286.881,00	7.282.632.668,00
MT	2.145.375.077,00	4.173.375.178,00	2.028.000.101,00	6.318.750.255,00
MS	1.731.889.396,00	2.192.570.029,00	460.680.634,00	3.924.459.425,00
DF	696.669.613,00	2.575.155.830,00	1.878.486.217,00	3.271.825.443,00
Norte	5.127.101.500,00	6.249.483.967,00	1.122.382.466,00	11.376.585.467,00
AM	4.051.171.963,00	1.965.423.652,00	-2.085.748.311,00	6.016.595.615,00
PA	400.755.316,00	2.180.246.836,00	1.779.491.520,00	2.581.002.152,00
RO	345.158.002,00	776.183.377,00	431.025.375,00	1.121.341.379,00
TO	104.180.169,00	477.457.380,00	373.277.211,00	581.637.549,00
AP	88.117.363,00	338.632.975,00	250.515.612,00	426.750.338,00
AC	87.020.679,00	307.253.003,00	220.232.323,00	394.273.682,00
RR	50.698.008,00	204.286.744,00	153.588.736,00	254.984.752,00
Nordeste	7.078.859.182,00	20.088.829.599,00	13.009.970.416,00	27.167.688.781,00
BA	2.756.577.244,00	6.067.355.687,00	3.310.778.443,00	8.823.932.931,00
CE	1.586.267.294,00	4.182.332.725,00	2.596.065.431,00	5.768.600.019,00
PE	1.205.126.968,00	4.284.429.283,00	3.079.302.315,00	5.489.556.251,00
SE	352.364.789,00	736.393.541,00	384.028.752,00	1.088.758.330,00
MA	304.860.032,00	1.289.104.970,00	984.244.938,00	1.593.965.002,00
PB	254.037.237,00	1.108.616.101,00	854.578.864,00	1.362.653.338,00
PI	242.290.552,00	602.512.046,00	360.221.494,00	844.802.598,00
RN	232.099.265,00	905.859.719,00	673.760.454,00	1.137.958.984,00
AL	145.235.801,00	912.225.527,00	766.989.725,00	1.057.461.328,00

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de Guaragna (2004).

Nota: Os dados referem-se exclusivamente às operações de compra e venda, efetuadas entre contribuintes do ICMS, não estando incluídas as vendas a não-contribuintes (pessoas físicas ou jurídicas não sujeitas a inscrição no cadastro de contribuintes do imposto).

Conforme se observa nos Gráficos 1 e 2, a ordem dos cinco maiores estados parceiros comerciais do RS é a mesma, tanto no que diz respeito às vendas (saídas) quanto às compras (entradas). São Paulo é, ao mesmo tempo, o maior comprador e o maior fornecedor. Depois, seguem, na seguinte ordem decrescente: Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

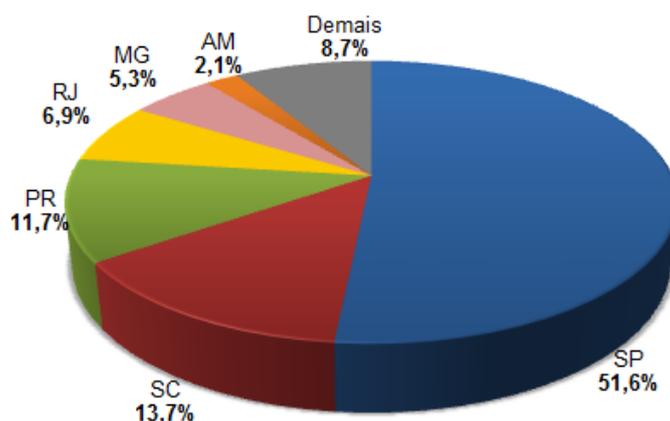


Gráfico 1 – Entradas de outras UFs para contribuintes do RS (1997 a 2002)

Fonte: GUARAGNA (2004).

Verifica-se que há uma concentração das relações comerciais do RS com apenas seis estados. No que tange às entradas, Gráfico 1, 91,3% do total comprado advém desses poucos estados. Da mesma forma, conforme se pode observar no Gráfico 2, 82% das vendas totais gaúchas são destinadas a essas unidades da federação. São Paulo sozinho é responsável por 51,6% do total comprado pelo RS e absorve 38,6% do total das saídas gaúchas.

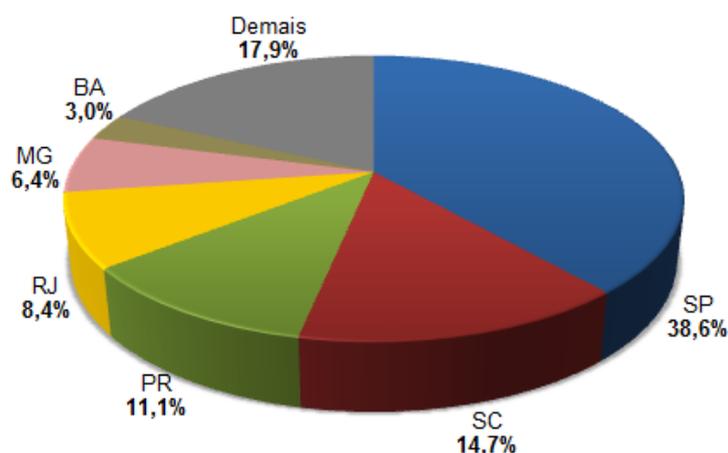


Gráfico 2 – Saídas de contribuintes do ICMS do RS para outras UFs (1997 a 2002)

Fonte: GUARAGNA (2004).

Essas informações podem ser ainda melhor apreciadas a partir das Tabelas a seguir que discriminam os dados ano a ano do período em análise. Com base na Tabela 2, verifica-se uma participação declinante de São Paulo nas compras totais realizadas pelo RS ao longo dos anos de 1997 até 2002. Enquanto em 1997, 56% das compras gaúchas eram advindas de SP; em 2002, esse percentual cai para 48%. Isto é, o grau de dependência gaúcha em relação ao estado de São Paulo vem caindo e a participação dos demais estados vem ampliando-se, o que demonstra uma tendência à diversificação. Tal evidência é corroborada pelo incremento da participação da linha atinente aos outros estados. Enquanto em 1997, esses participavam com apenas 6% do total comprado pelo RS, em 2002, passam a responder por 11% desse total.

Tabela 2 - Entradas (compras) no RS (em R\$ milhão) pelos principais estados vendedores (1997 a 2002)

Estados	Entradas					
	1997	1998	1999	2000	2001	2002
SP	12.820,38	12.713,74	14.493,42	17.409,45	20.129,33	21.694,82
SC	2.988,14	2.995,99	3.734,10	4.600,31	5.418,87	6.590,20
PR	2.592,27	2.594,27	3.393,04	3.817,16	4.635,14	5.430,70
RJ	1.596,80	1.565,69	2.020,86	2.173,33	2.599,54	3.314,44
MG	1.181,91	1.195,84	1.397,42	1.933,25	2.249,82	2.180,24
AM	333,01	345,65	512,97	761,20	980,96	1.117,50
Subtotal	21.512,50	21.411,18	25.551,82	30.694,69	36.013,66	40.327,90
Demais	1.399,79	1.635,39	2.031,24	2.793,88	3.754,82	5.095,16
Total	22.912,29	23.046,57	27.583,06	33.488,57	39.768,47	45.423,06

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de Guaragna (2004).

Já no que tange às vendas, Tabela 3, há uma constância no volume vendido pelo RS ao estado de São Paulo, seu maior comprador; correspondendo a 38% do total ao longo de quase todo o período. O mesmo acontece com Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro. Já com Minas Gerais as vendas caíram no período mais recente. Da mesma forma que no caso das compras, os demais estados têm aumentado sua participação no todo, isto é, o RS tem incrementado suas vendas para os demais estados ao longo do período analisado. Em 1997, o RS vendia 16% do total de suas saídas para esses demais estados e, em 2002, vende 19% do total.

Tabela 3 - Saídas (vendas) do RS (em R\$ milhão) para os principais estados compradores (1997 a 2002)

Estados	Saídas					
	1997	1998	1999	2000	2001	2002
SP	8.820,67	10.029,93	10.858,55	13.711,08	16.364,00	18.604,15
SC	3.345,62	3.626,31	4.356,08	5.038,89	6.215,95	7.186,12
PR	2.535,49	2.877,93	3.176,88	3.774,43	4.794,88	5.285,87
RJ	2.073,12	2.249,58	2.353,23	2.904,68	3.582,88	3.970,32
MG	1.708,57	1.817,38	2.010,60	2.284,42	2.571,93	2.608,41
BA	652,48	733,39	861,89	1.062,13	1.259,38	1.498,09
Subtotal	19.135,94	21.334,52	23.617,22	28.775,62	34.789,02	39.152,96
Demais	3.708,82	4.497,22	4.798,93	6.024,16	7.969,25	9.299,56
Total	22.844,77	25.831,73	28.416,16	34.799,79	42.758,27	48.452,52

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de Guaragna (2004).

Pode-se ainda observar, ao se compararem as Tabelas (2 e 3), que há um déficit na relação comercial do RS com os “demais estados” apenas no ano de 1997; já nos outros anos há um saldo positivo com viés de crescimento. De 1997 a 2002, tal saldo teve um incremento bastante significativo, especialmente entre 1999 e 2002, quando houve um salto de 266,4%.

Por fim, pode-se ainda fazer uma breve análise histórica do comércio interestadual do RS com base na Tabela 4, que compara 1979, 1986 e 2002.

Tabela 4 - Participação relativa (%) no destino das saídas e na origem das entradas interestaduais do RS (1979, 1986 e 2002)

Estados	Saídas do RS para Outros Estados			Entradas de Outros Estados para o RS		
	1979	1986	2002	1979	1986	2002
SP	40,76%	42,18%	38,40%	62,16%	60,18%	47,76%
RJ	14,49%	10,93%	8,19%	11,56%	10,21%	7,30%
PR	10,81%	11,40%	10,91%	7,42%	8,16%	11,96%
SC	11,25%	11,98%	14,83%	9,13%	10,54%	14,51%
MG	5,27%	6,02%	5,38%	4,49%	3,89%	4,80%
BA	7,18%	2,89%	3,09%	1,15%	1,38%	1,80%
AM	0,79%	0,95%	1,18%	0,50%	0,91%	2,46%
Subtotal	90,55%	86,34%	81,99%	96,42%	95,28%	90,58%
Demais	9,45%	13,66%	18,01%	3,58%	4,72%	9,42%

Fonte: GUARAGNA (2004).

Ao comparar 1979, 1986 e 2002, constata-se ainda com mais clareza que houve redução da dependência de São Paulo enquanto fornecedor do RS; isto porque cai a participação desse na pauta das entradas do comércio interestadual de 62,16%, em 1979, para 60,18%, em 1986, e para 47,76% em 2002. Cai também a participação do Rio de Janeiro, embora tenha uma participação bastante inferior ao estado de São Paulo.

O quadro é semelhante quando se analisam as saídas do RS. Tanto para SP quanto para o RJ, houve também um decréscimo em suas participações nesse tipo de transação comercial. Em ambas as situações, esses estados reduzem sua participação enquanto compradores.

Já com Santa Catarina ocorreu o oposto, pois tanto no que tange às saídas quanto às entradas houve um incremento de sua participação ao longo dos anos analisados. Da mesma forma, houve elevação da participação das “demais unidades da federação” tanto sob o aspecto das compras quanto das vendas.

Finalmente, valem alguns comentários sobre a balança comercial externa do RS. Ao analisar a Tabela 5, a seguir, observa-se que ao longo do período apresentado – 1998 a 2008 – o saldo da balança comercial gaúcha foi sempre superavitário. Embora, ao longo desses anos, possam ter havido variações negativas em alguns anos (2005 em relação a 2004 e 2008 comparado a 2007), no geral, houve crescimento ano a ano.

Tabela 5 - Exportações, importações e saldo da balança (em US\$ FOB) milhão do RS (1998 a 2008)

Ano	Exportações (X)		Importações (M)		Saldo (X – M)	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
1998	5.628,52	-	4.331,71	-	1.296,80	-
1999	4.998,91	-11,19	3.283,29	-24,20	1.715,62	32,30
2000	5.783,11	15,69	4.023,84	22,56	1.759,27	2,54
2001	6.352,01	9,84	4.050,15	0,65	2.301,86	30,84
2002	6.383,69	0,50	3.531,48	-12,81	2.852,21	23,91
2003	8.027,48	25,75	4.190,80	18,67	3.836,69	34,52
2004	9.902,18	23,35	5.290,65	26,24	4.611,53	20,20
2005	10.475,70	5,79	6.692,19	26,49	3.783,51	-17,96
2006	11.802,08	12,66	7.949,23	18,78	3.852,84	1,83
2007	15.017,67	27,25	10.168,24	27,91	4.849,43	25,87
2008	18.460,07	22,92	14.524,68	42,84	3.935,39	-18,85

Fonte dos dados brutos: BRASIL (2009a e 2009b).

Em 2006, ano de referência para análise do comércio externo, o RS teve saldo positivo em sua balança comercial de US\$ 3,852 bilhões (BRASIL, 2009a, 2009b). Com uma receita de US\$ 11,802 bilhões, as vendas do RS ao exterior mantiveram uma participação no total das exportações brasileiras de 8,6%, semelhante àquela registrada em 2005 (8,8%), mas ambas inferiores aos 10,3% registrados em 2004. O estado também se manteve como o terceiro maior exportador do Brasil,

atrás apenas de São Paulo e Minas Gerais, os quais responderam, respectivamente, por 33,5% e 11,4% do total exportado pelo País em 2006 (BELLO; TERUCHKIN, 2007, p. 83; FEE, 2009).

Embora o câmbio já se viesse valorizando desde a segunda metade de 2004, em 2006 essa valorização acentuou-se, dificultando o desempenho das exportações gaúchas, que só apresentou bons resultados devido à recuperação nas vendas da soja (grãos e óleo), das carnes (suína e bovina) e do óleo diesel, entre os principais produtos exportados pelo RS (BELLO; TERUCHKIN, 2007, p. 83). Do total exportado pelo RS no ano de 2006, 91% corresponde à indústria de transformação e apenas 7% à agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal (FEE, 2009).

Para concluir a seção, cabe um destaque aos indicadores apresentados por Guaragna (2004, p. 21), que, em termos de crescimento, apontam para o seguinte desempenho: enquanto as saídas para os mercados nacionais subiram de 34,79% do PIB em 1991 para 46,56% em 2002, apresentando um crescimento de 42,8%, as exportações cresceram mais de 100%, subindo dos 8,3% de 1991 para 17,17% do PIB em 2002. Quanto ao fluxo dos mercados, antes distribuídos à razão de 80% para o mercado nacional e 20% para o mercado internacional em 1990, tem-se uma leve alteração à medida que eles, em 2002, distribuíram-se na proporção de 73% para o mercado brasileiro e 27% para o mercado internacional. Isso permite verificar que, embora as exportações absorvam parcela importante da produção de bens e serviços do RS, é o mercado nacional seu maior comprador.

Na próxima seção, a análise se centra na natureza dos produtos comercializados.

4. Balança comercial segundo a intensidade dos fatores e a natureza da atividade econômica

A classificação da OCDE organiza as atividades segundo a “intensidade de fatores de produção e/ou definidores da competição” e, comparativamente às classificações usuais empregadas nas análises dos padrões de comércio, tem um elevado potencial interpretativo como ferramenta para a compreensão das tendências e das transformações estruturais.

De acordo com essa classificação, as atividades **Intensivas em recursos naturais** englobam, por exemplo, as atividades agrícolas e minerais, além de outras; as **Intensivas em trabalho** abrangem mobiliário, confecções, calçados e têxteis, entre outras; já as atividades **Intensivas em economia de escala** incluem o segmento petroquímico e de celulose; as **Intensivas em especialização** compreendem máquinas e equipamentos; e, por fim, as **Intensivas em conhecimento**, bastante calcadas em pesquisa e desenvolvimento (P&D), envolvem os segmentos farmacêuticos e eletrônicos.

Pode-se observar, a partir dos dados da Tabela 6 adiante, que o RS, como se viu, teve saldo positivo em sua balança comercial no ano de 2006 (US\$ 3,852 bilhões). O estado exporta mais do que importa, resta saber qual é a especialidade de sua pauta. O RS teve suas exportações para o exterior calcadas especialmente em produtos intensivos em trabalho, já que essas atividades parecem em primeiro lugar com saldo superavitário de US\$ 2,185 bilhões, representando 56,7% do saldo total. As atividades intensivas em recursos naturais ocuparam o segundo lugar, com participação de 22,2% do total, e aquelas intensivas em economias de escala figuraram em terceiro, com 14,2% do saldo total. Em quarto e quinto lugares ficaram, respectivamente, as atividades intensivas em especialização e as demais atividades (não classificáveis em nenhum dos grupos específicos), com participações correspondentes de 7,2% e 7% do total. Em contrapartida, as atividades intensivas em conhecimento apresentam saldo deficitário de US\$ 280,848 milhões.

Chama a atenção a elevada participação das atividades intensivas em trabalho, com mais de 50% da pauta. Somadas aos 22% de atividades intensivas em recursos naturais, verifica-se uma pauta com produtos de baixo valor agregado. Isso se reforça com o saldo negativo das atividades intensivas em conhecimento.

Tabela 6 - Entradas, saídas e saldo do comércio exterior (em US\$ FOB mil) segundo a intensidade dos fatores de produção para o RS (2006)

Atividade Produtiva Agregada para o Estado		Entradas, Saídas e Saldo – Exterior		
Intensidade dos Fatores de Produção	CNAE	Entradas	Saídas	Saldo
Recursos Naturais	01, 02, 03, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 19, 46.2 e 46.3	4.048.800,82	4.904.925,19	856.124,37
Trabalho	13, 14, 15, 16, 31, 41, 42, 43, 52, 55, 56, 84, 85, 96 e 97	222.232,74	2.407.898,73	2.185.665,99
Economias de Escala	17, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 27, 35 e 51	1.788.952,35	2.336.313,09	547.360,74
Especialização	28, 29, 45, 64, 65 e 46.6	1.360.224,95	1.636.098,80	275.873,86
Conhecimento	21, 26, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 69, 70, 71 e 72	500.757,48	219.908,64	-280.848,84
Intensidade dos Fatores de Produção	CNAE	Entradas	Saídas	Saldo
Demais	32, 33, 38, 39, 36, 37, 49, 50, 53, 66, 68, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 99, 46.1, 46.4, 46.5, 46.7, 46.8, 46.9 e 47	28.266,04	296.934,27	268.668,23
Total		7.949.234,37	11.802.078,72	3.852.844,35

Fonte dos dados brutos: BRASIL (2009a e 2009b).

O comentário de Bello (2007) em Carta de Conjuntura do período corrobora a análise anterior quanto ao desempenho exportador gaúcho:

Em relação aos produtos manufaturados, seu desempenho deixou a desejar, em grande parte devido à política cambial. Dado o perfil de suas vendas externas, com grande intensidade no uso do fator trabalho e uma menor dependência de insumos importados — como é o caso dos setores de calçados e de móveis —, os custos de produção permanecem atrelados ao real e não ao dólar. Tal fato os prejudica duplamente, pois não conseguem usufruir de insumos mais baratos do exterior, e suas receitas em dólar, quando convertidas em real, são cada vez menores (BELLO, 2007, p. 8).

Vale observar, entretanto, conforme aponta Garcia (2009) em uma análise do conjunto dos vinte principais produtos exportados pelo RS de 1990 a 2008, que houve uma alteração na situação descrita acima. Os produtos intensivos em recursos naturais (ex.: complexo soja, fumo e carnes) passaram a ter uma importância na pauta de exportações superior a dos produtos intensivos em trabalho (calçados, couros e móveis). Conforme o autor, a perda de participação dos produtos intensivos em trabalho “[...] reflete basicamente dois grandes obstáculos: a concorrência asiática — chinesa, vietnamita, etc., cuja mão-de-obra é muito mais barata que a brasileira e que a gaúcha em particular — e a valorização do real nos últimos anos que reduziu a competitividade dos produtos gaúchos em vários mercados, em especial o dos Estados Unidos” (GARCIA, 2009, p. 14). Tal inversão, no entanto, não altera a concentração da pauta nestes dois tipos de produto de valor agregado relativamente baixo: intensivos em recursos naturais e em trabalho.

A Tabela 7, a seguir, que contém as entradas, as saídas e o saldo do comércio exterior segundo a natureza da atividade econômica para o Rio Grande do Sul em 2006, complementa essa análise.

Tabela 7 - Entradas, saídas e saldo do comércio exterior (em US\$ FOB mil) segundo a natureza da atividade econômica para o RS (2006)

Atividade Produtiva Agregada para o Estado		Entradas, Saídas e Saldo – Exterior		
Natureza da Atividade Econômica	CNAE	Entradas	Saídas	Saldo
Agrícola e Agroindustriais	01, 02, 03, 10, 11, 12, 16, 17, 19, 46.1, 46.2 e 46.3	1.479.443,84	5.218.761,65	3.739.317,81
Industriais	05, 06, 07, 08, 09, 13, 14, 15, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 38, 39, 46.4, 46.5, 46.6 e 46.7	6.459.632,38	6.373.968,53	-85.663,85
Natureza da Atividade Econômica	CNAE	Entradas	Saídas	Saldo
Serviços	35, 36, 37, 41, 42, 43, 45, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96 e 97	8.446,05	207.269,67	198.823,62
Demais	99, 46.8 e 46.9	1.712,10	2.078,87	366,77
Total		7.949.234,37	11.802.078,72	3.852.844,35

Fonte dos dados brutos: BRASIL (2009a e 2009b).

- Notas:
- (1) O código 461 (REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO, EXCETO DE VEICULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS) foi colocado na seção correspondente às atividades agrícolas e agroindustriais. Vale ressaltar que existe nesse código tanto atividades de intermediação de produtos agrícolas e agroindustriais como atividades de intermediação de atividades industriais. Em virtude da impossibilidade de separação dos dados originais e da representatividade maior das atividades agrícolas e agroindustriais dentro da seção, optou-se por incluí-lo nas atividades primárias em vez de lançá-lo nas atividades industriais.
 - (2) Optou-se por classificar todo o comércio varejista no setor de serviços.

Verifica-se que o maior fluxo de comércio ocorreu nas atividades econômicas de caráter industrial. Nesse caso, observam-se os maiores montantes tanto exportados (US\$ 6,373 bilhões) quanto importados (US\$ 6,459 bilhões). Já o maior saldo, comparadas as entradas (importações) e as saídas (exportações), refere-se às atividades de natureza primária e agroindustriais. Observa-se que as atividades agrícolas e agroindustriais representam 97,1% do total do saldo do comércio externo do estado, alcançando o montante de US\$ 3,739 bilhões em 2006. Representando apenas 5,1% do total do saldo, estavam as atividades de serviços. Já as atividades industriais atingiram saldo negativo de US\$ 85,663 milhões.

O volume de exportações cresceu em 2006 em comparação ao ano anterior. Tal crescimento foi liderado pelo aumento de 392,2% das exportações de produtos da agropecuária. Tal desempenho deveu-se à recuperação das exportações de grãos de soja, que representaram 88,9% das exportações da agropecuária em 2006. Apesar desse excelente desempenho, o volume exportado de produtos agrícolas nesse ano ainda ficou abaixo da média de 2003. Esse crescimento só não foi mais favorável em virtude da redução nos preços desses produtos, que, nos onze primeiros meses do ano, foi de -6,1%. A queda nos preços agrícolas, associada à apreciação cambial de aproximadamente 10% em 2006, afetou negativamente a rentabilidade do setor (CONTRI, 2007, p. 7).

A partir dos dados das entradas, saídas e saldo comercial dos principais segmentos compradores e vendedores das atividades agrícolas e agroindustriais do RS em 2006, os principais produtos com saldos positivos significativos eram: “abate e fabricação de produtos de carne” e “processamento industrial de fumo”. Esses possuíam, respectivamente, participação de 45,9% e 31,2% no saldo total. Na sequência estava a “fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais”

contribuindo com 16,3% desse saldo. Entre os tipos de carne exportadas – carne de frango, suína e bovina – foi essa última a que teve a melhor *performance* de vendas no exterior. Bello e Teruchkin auxiliam na explicação desse desempenho.

O RS foi favorecido com o redirecionamento de parte da produção de outros estados, impedidos de exportar, devido ao embargo (parcial ou total) de 56 países à carne brasileira, dos quais se sobressaem o Chile, a União Européia e a Rússia. Destacam-se as elevadas taxas de incremento do valor transacionado, que, no RS (163,8%), foram muito superiores às nacionais (34,8%). As carnes bovinas congeladas gaúchas representaram mais de dois terços do faturamento externo desse produto, e a principal mercadoria transacionada foi a carne desossada congelada. O elevado crescimento nas receitas de exportação das carnes bovinas deve-se ao grande incremento tanto do volume exportado (94,1%) como dos preços (35,9%), onde a Rússia teve um destacado papel. Esse país, que, praticamente, não comprava carne bovina gaúcha, elevou suas importações em mais de 5.000% até novembro e atingiu 72,9% do valor transacionado do produto. Já o aumento do preço se deve, de um lado, à redução da oferta mundial, onde se sobressaem os papéis do Brasil — com o embargo dos importadores — e da Argentina — que proibiu temporariamente as exportações, para conter a alta dos preços doméstico, e, de outro, à venda de produtos de maior valor agregado (BELLO; TERUCHKIN 2007, p. 87).

Já no que se refere às exportações industriais, ao comparar-se o período de janeiro a novembro de 2006 em relação ao mesmo período do ano anterior, houve uma queda no seu volume (-2,2%), apesar de terem apresentado um crescimento nos seus preços (8,8%). O fraco desempenho industrial deveu-se à queda no volume exportado de máquinas e equipamentos (-18,6%), de produtos do fumo (-17,5%), de artefatos de couro (-7,9%) e de produtos químicos (-2,3%). Em seu conjunto, essas quatro atividades representaram 51,7% das exportações industriais em 2006. O destaque positivo ficou a cargo da indústria de produtos alimentícios e bebidas (16,3%). O desempenho diferenciado entre agricultura e indústria resultou, por um lado, da recuperação da produção agrícola e, por outro, da valorização cambial, que continuou atuando como um freio à recuperação industrial (CONTRI, 2007, p. 7).

No que tange às entradas, às saídas e ao saldo comercial dos principais segmentos compradores e vendedores das atividades industriais do RS em 2006, entre todos os produtos, aqueles que alcançaram um saldo superavitário mais expressivo foram os seguintes, em ordem decrescente de importância: “fabricação de calçados”; “fabricação de resinas e elastômeros”; “fabricação de tratores e de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária”; “curtimento e outras preparações de couro”; “fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores”; e “fabricação de móveis”. Esses produtos em conjunto contribuíram com 92,4% do total do saldo. A “fabricação de calçados”, sozinha, participou com 32,3% desse saldo.

Cabe chamar a atenção que, ao examinarem-se conjuntamente as atividades agrícolas, agroindústrias e industriais, a balança comercial gaúcha esteve fortemente calcada em três atividades centrais no período de análise: “abate e fabricação de produtos de carne”, “fabricação de calçados” e “processamento industrial de fumo”. Suas exportações, em conjunto, renderam US\$ 4,172 bilhões, representando 35,3% do volume exportado. Avaliando tais atividades centrais – carnes, calçados e fumo, percebe-se sua relevância na pauta de exportação gaúcha também em anos anteriores (2004 e 2005), como apresentado na Tabela 8. É importante sublinhar a baixa dinamicidade da demanda internacional desses produtos, vinculados ao agronegócio e à indústria tradicional e considerados de baixa intensidade tecnológica.

Tabela 8 - Valor (em US\$ FOB milhão) e participação (%) dos principais capítulos da NCM nas exportações do RS (2004 a 2006)

Cód.	Capítulos	2006		2005		2004	
		Valor	Part.	Valor	Part.	Valor	Part.
02	Carnes e miudezas, comestíveis	1.539,81	13,08	1.257,36	12,03	952,02	9,64
64	Calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes	1.313,19	11,15	1.360,47	13,01	1.321,91	13,38
24	Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	1.249,58	10,61	1.457,03	13,94	1.253,31	12,69
87	Veículos automóveis, tratores, etc., suas partes/acessórios	939,41	7,98	1.035,64	9,91	812,92	8,23
39	Plásticos e suas obras	794,34	6,75	676,72	6,47	449,34	4,55
84	Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc., mecânicos	752,58	6,39	810,78	7,76	780,82	7,90
12	Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes, etc.	741,81	6,30	110,16	1,05	635,03	6,43
41	Peles e couros	507,32	4,31	424,25	4,06	418,31	4,23
29	Produtos químicos orgânicos	360,49	3,06	362,04	3,46	243,09	2,46
23	Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares, etc.	348,01	2,96	297,59	2,85	412,61	4,18
15	Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais, etc.	302,79	2,57	195,19	1,87	277,81	2,81
94	Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões, etc.	277,43	2,36	277,25	2,65	280,46	2,84
27	Combustíveis minerais, óleos minerais, etc. ceras minerais	255,63	2,17	131,64	1,26	39,21	0,40
40	Borracha e suas obras	225,14	1,91	214,82	2,06	165,51	1,68
85	Máquinas, aparelhos e material elétrico, suas partes, etc.	220,76	1,87	180,26	1,72	133,48	1,35
16	Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos, etc.	173,47	1,47	115,81	1,11	91,51	0,93
44	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	161,80	1,37	146,22	1,40	146,84	1,49
47	Pastas de madeira ou matérias fibrosas celulósicas, etc.	124,71	1,06	112,26	1,07	104,53	1,06
82	Ferramentas, artefatos de cutelaria, etc., de metais comuns	120,16	1,02	108,72	1,04	102,83	1,04
Subtotal		10.410,42	88,40	9.276,20	88,72	8.623,56	87,28
Outros		1.364,00	11,60	1.177,49	11,28	1.255,05	12,72
Total		11.774,41	100,00	10.453,68	100,00	9.878,60	100,00

Fonte: Adaptado de Teruchkin (2007).

Quanto aos serviços, o saldo da balança nesta categoria de atividade é superavitário; embora, participe com apenas 5,1% do saldo comercial total. São as “atividades auxiliares dos transportes aéreos” que responderam por quase todo o volume exportado; ao passo que os serviços de “edição de livros, jornais, revistas e outras publicações” são aqueles que têm a maior participação no montante importado.

Outra informação relevante, na análise do destino das exportações do estado, refere-se aos mercados compradores (Tabela 9). Em 2006, os principais países de destino das exportações gaúchas foram: Estados Unidos (15%), Argentina (9,3%), China (6,4%) e Rússia (6,3%). Nesse ano, esses quatro países juntos compraram US\$ 4,377 bilhões (37% do valor exportado).

Tabela 9 - Exportações (em US\$ FOB), segundo os principais países de destino, do RS (2006)

Nº Ordem	Destino	Valor (US\$ FOB)	Part. %
1	Estados Unidos	1.765.676.610,00	14,96%
2	Argentina	1.100.718.957,00	9,33%
3	China	760.889.349,00	6,45%
4	Rússia	750.371.385,00	6,36%
5	Chile	407.595.002,00	3,45%
6	Alemanha	381.445.996,00	3,23%
7	Paraguai	338.740.623,00	2,87%
8	Reino Unido	323.909.572,00	2,74%
9	Holanda	302.906.383,00	2,57%
10	Irã	302.125.980,00	2,56%
11	Bélgica	300.065.282,00	2,54%
12	México	276.612.115,00	2,34%
13	Itália	244.267.573,00	2,07%
14	Espanha	225.625.605,00	1,91%
15	África do Sul	224.230.169,00	1,90%
16	Hong Kong	224.120.918,00	1,90%
17	Uruguai	213.847.851,00	1,81%
18	Venezuela	205.923.138,00	1,74%
19	Japão	177.173.866,00	1,50%
20	Emirados Árabes	139.541.928,00	1,18%
21	Coréia do Sul	131.248.348,00	1,11%
22	Arábia Saudita	122.363.483,00	1,04%
23	Colômbia	118.644.777,00	1,01%
24	França	108.843.074,00	0,92%
25	Cuba	106.580.999,00	0,90%
26	Canadá	105.517.478,00	0,89%
27	Índia	100.971.399,00	0,86%
28	Peru	92.126.436,00	0,78%
29	Austrália	88.699.681,00	0,75%
30	Indonésia	85.293.762,00	0,72%
	Demais	2.075.910.984,00	17,59%
Total		11.801.988.723,00	100%

Fonte: Adaptado de FEE (2009).

Esses mercados compradores têm-se mantido como os principais demandantes dos produtos gaúchos também nos anos subsequentes – 2007, 2008, e 2009 (dados do primeiro semestre, nesse último caso). A China aumentou sua participação a partir de 2008, figurando atualmente como o maior importador de produtos. Até junho de 2009, foi responsável pela compra de 17,6% do total exportado (FEE, 2009).

Quando se relacionam os países de destino com os principais produtos exportados pelo RS, observa-se, conforme as informações da Tabela 10, que os mercados consumidores variam em função das mercadorias. O “fumo não manufaturado”, em 2006, tinha como destino Bélgica (21,1%), EUA (17,1%), Alemanha (9,5%) e Holanda (6,9%). Os “calçados de couro natural” eram comprados, especialmente, pelos EUA (54,5%), Reino Unido (14,1%), Itália (3,9%) e Canadá (3,8%). Já os “couros preparados – couro cabado” destinavam-se para Honk Kong (27,4%), EUA (13,6%), China (11,9%) e Itália (4,3%); e os “couros e peles preparados – *wet blue* e *crust*” eram também enviados para Itália (29,3%), Honk Kong (17,7%), EUA (14,7%) e China (9,1%); embora as participações não fossem as mesmas.

A “soja, mesmo triturada” destinou-se à China (56,2%), ao Irã (14,4%), à Taiwan (7,7%) e aos Emirados Árabes (3,3%); já as “tortas de soja” tiveram como destino a Coréia do Sul (19,7%), a Austrália (14,2%), a Espanha (10,4%) e a Arábia Saudita (9,4%); e o “óleo de soja” foi comprado pelo Irã (52,1%), Índia (19,9%), China (15,1%) e Bangladesh (4,2%). Quanto às carnes, a “carne de frango” teve como principais mercados o Japão (14,5%), a Arábia Saudita (11,9%), os Emirados

Árabes (7,9%) e a Holanda (6,6%). Ao passo que a “carne suína” destinou-se à Rússia (90,5%), à Hong Kong (1,9%), à Cingapura (1,5%) e à Argentina (1,3%).

Os “polímeros de etileno em formas primárias” foram vendidos especialmente para a Argentina (31,9%), Chile (15,2%), EUA (4,7%) e Bélgica (4,7%). Os “tratores” tiveram os seguintes países de destino: Argentina (25,5%), EUA (11,5%) e México (11%). Já as ‘Partes e acessórios para veículos’ tiveram os EUA (33,9%), a Argentina (10,3%), a África do Sul (9,0%) e o México (-7,7%) como principais mercados; enquanto que as “carrocerias para veículos” destinaram-se ao México (32,5%), ao Chile (21,5%), à África do Sul (17,8%) e ao Peru (9,6%). Os “móveis e suas partes”, por sua vez, tiveram os EUA (16,8%), o Reino Unido (14,1%), o Chile (9,4%) e a Argentina (6,5%) como principais compradores.

Tabela 10 - Principais produtos exportados (em US\$ FOB mil e %) pelo RS por principais mercados de destino (2006)

CNAE	NCM	Descrição	Valor	Var. % 06/05	Principais Mercados
121	2401	Fumo não manufaturado	1.132.896,00	-9,18	Bélgica (21,1%), EUA (17,1%), Alemanha (9,5%) e Holanda (6,9%)
153	6403	Calçados de couro natural	1.009.119,00	-3,41	EUA (54,5%), Reino Unido (14,1%), Itália (3,9%) e Canadá (3,8%)
011	1201	Soja, mesmo triturada	708.633,00	557,49	China (56,2%), Irã (14,4%), Taiwan (7,7%) e Emirados Árabes (3,3%)
101	2071	Carne de frango	609.018,00	-15,9	Japão (14,5%), Arábia Saudita (11,9%), Emirados Árabes (7,9%) e Holanda (6,6%)
101	0203	Carne suína	516.544,00	102,3	Rússia (90,5%), Hong Kong (1,9%), Cingapura (1,5%) e Argentina (-1,3%)
203	3901	Polímeros de etileno em formas primárias	510.232,00	16,4	Argentina (31,9%), Chile (15,2%), EUA (4,7%) e Bélgica (4,7%)
104	2304	Tortas de soja	294.234,00	15,68	Coréia do Sul (19,7%), Austrália (14,2%), Espanha (10,4%) e Arábia Saudita (9,4%)
283	8701	Tratores	278.773,00	-26,44	Argentina (25,5%), EUA (11,5%), México (11,0%) e Venezuela (-8,6%)
151	4107	Couros preparados, após curtimenta, de bovinos e de eqüídeos (couro cabado)	275.203,00	9,61	Hong Kong (27,4%), EUA (13,6%), China (11,9%) e Itália (4,3%)
104	1507	Óleo de soja	260.996,00	57,29	Irã (52,1%), Índia (19,9%), China (15,1%) e Bangladesh (4,2%)
310	9403	Móveis e suas partes	220.423,00	3,34	EUA (16,8%), Reino Unido (14,1%), Chile (9,4%) e Argentina (6,5%)
294	8708	Partes e acessórios para veículos	208.663,00	0,68	EUA (33,9%), Argentina (10,3%), África do Sul (9,0%) e México (-7,7%)
293	8707	Carrocerias para veículos	201.641,00	4,05	México (32,5%), Chile (21,5%), África do Sul (17,8%) e Peru (9,6%)
060	2710	Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos	185.213,00	71,21	Paraguai (66,7%), Argentina (11,7%), Uruguai (10,3%) e EUA (8,0%)
151	4104	Couros e peles de bovinos e de eqüídeos preparados (<i>wet blue e crust</i>)	170.006,00	35,32	Itália (29,3%), Hong Kong (17,7%), EUA (14,7%) e China (9,1%)
101	0202	Carne bovina	166.349,00	163,76	Rússia (72,9%), Espanha (3,4%), Itália (3,1%) e Alemanha (2,8%)
202	2902	Hidrocarbonetos cíclicos	148.032,00	-1,95	EUA (53,4%), Argentina (45,8%), Uruguai (0,8%) e Bolívia (0,02%)
283	8433	Máquinas e aparelhos agrícolas	142.496,00	-17,32	Argentina (52,5%), EUA (7,1%), Paraguai (5,5%) e Venezuela (5,4%)
171	4703	Pastas químicas de madeira	117.921,00	19,08	China (43,8%), Malásia (38,1%), Indonésia (5,9%) e Coréia do Sul (-3,4%)
109	1602	Preparações e conservas de carne, miudezas ou de sangue	117.472,00	74,29	Holanda (20,9%), Alemanha (20,7%), Reino Unido (15,6%) e EUA (-9,0%)
Subtotal			7.317.812,00	15,95	
Outros			3.414.529,00	8,53	
Total			10.732.340,00	13,48	EUA (15,4%), Argentina (9,2%), Rússia (6,5%) e China (6,5%)

Fonte: Adaptado pelos autores de Teruchkin (2007).

Nota: Os dados referem-se ao período de janeiro a novembro de 2006.

Para finalizar a análise do comércio externo, vale ainda destacar as características das exportações gaúchas no que tange à quantidade e ao porte das empresas exportadoras. Considera-se essa análise necessária ao revelar o quanto as exportações são concentradas em um grupo de empresas e o quanto empresas de portes diversos participam das exportações do estado. Um estudo do SEBRAE (2007) apontou que em 2006 existiam no Rio Grande do Sul um total de 3.053 empresas exportadoras. Esse número cresceu 25% em relação ao ano de 1998, mas reduziu-se em 3,6% em relação a 2005. Além disso, o que também caracteriza a realização do comércio exterior no estado é o fato de que parcela relevante da receita das exportações concentra-se em poucas empresas. Conforme apontado por Bello e Teruchkin (2007), 56,9% do total das receitas de exportação em 2005 foi realizado por 40 empresas.

Também é relevante destacar que do total de 3.053 empresas exportadoras, 63% (1.917 empresas) eram micro ou pequenas empresas que exportaram US\$ 249,7 milhões. Esse valor representou somente 2,1% do total exportado pelo RS em 2006 (SEBRAE, 2007). Tal situação revela que existe um interessante universo de empresas exportadoras, mas são somente 40 – menos de 1,5% – que concentram grande parte do valor exportado. Em um estudo, Bello e Teruchkin (2007) mencionam os principais setores aos quais pertencem as 40 maiores exportadoras do RS: alimentos, fumo e cigarro e petróleo e petroquímica. Mencionam também quais são as primeiras empresas gaúchas que compõem a lista das mais exportadoras: Bunge Alimentos S/A, Doux Frangosul S/A, Agro Avícola Industrial, AGCO do Brasil Comércio e Indústria Ltda., Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda. e a Universal Leaf Tabacos Ltda.

Por fim, é importante ainda analisar a natureza dos produtos transacionados pelo comércio por vias internas. A partir da Tabela 11, verifica-se que a indústria de transformação foi responsável, ao longo de todo o período analisado, pelo maior volume tanto de saídas quanto de entradas de produtos no estado. Sua participação no montante vendido para outras unidades da federação ultrapassa os 65% do total de saídas de 1997 a 2002, atingindo 75,3% em 2002; já o percentual de compras gira em torno de 40% do total das entradas. O saldo da balança de comércio interestadual nesse período no que tange à indústria de transformação foi superavitário, alcançando o valor de R\$ 58,427 bilhões, o que representou um crescimento de 286,8% de 1997 a 2002.

Ao longo desses mesmos anos, o comércio varejista (25,5%) superou o atacado (19,3%) nas aquisições de fora do estado; em contrapartida, nas vendas, os atacados localizados no RS realizaram um razoável volume de vendas (9,35% do total) em outras unidades da federação. No entanto, de 1997 a 2002, o atacado e o comércio varejista foram deficitários. Tal situação pode ser explicada basicamente por dois fatores. Primeiro, pela compra de energia elétrica do Paraná, mais especificamente da usina hidrelétrica de Itaipu, pelas empresas distribuidoras; segundo, pela compra direta realizada pelos varejistas gaúchos em atacados e em empresas industriais de fora do estado. Já a indústria de beneficiamento também apresentou o comportamento esperado ao destacar-se antes como vendedor do que adquirente, considerando a característica de produtor primário do estado do RS, com destaque para o arroz e a soja (GUARAGNA, 2004).

Tabela 11 - Entradas, saídas e saldos (em R\$ mil) por código de atividade econômica (1997 a 2002)

Ano	CAE	Entradas (R\$)	%	Saídas (R\$)	%	Saldo (R\$)
1997	2	29.618,51	0,10%	20.211,64	0,10%	-9.406,87
	3	8.743.763,42	38,20%	15.712.867,73	65,70%	6.969.104,31
	4	1.535.791,80	6,70%	3.295.816,83	13,80%	1.760.025,04
	5	111.300,17	0,50%	254.314,57	1,10%	143.014,40
	6	20.902,41	0,10%	22.917,38	0,10%	2.014,97
	7	4.125.887,49	18,00%	2.020.847,72	8,50%	-2.105.039,77
	8	7.464.422,10	32,60%	1.449.139,90	6,10%	-6.015.282,21
	9	880.608,59	3,80%	1.132.246,39	4,70%	251.637,80
	Total	22.912.294,49	100,00%	23.908.362,16	100,00%	996.067,67
1998	2	27.198,47	0,10%	14.637,72	0,10%	-12.560,75
	3	9.261.504,29	40,20%	16.919.156,20	62,70%	7.657.651,92
	4	1.455.160,22	6,30%	3.457.239,89	12,80%	2.002.079,67
	5	189.570,21	0,80%	349.280,96	1,30%	159.710,75
	6	21.435,04	0,10%	28.019,52	0,10%	6.584,48
	7	4.432.656,26	19,20%	2.841.089,61	10,50%	-1.591.566,66
	8	6.946.419,84	30,10%	2.252.059,11	8,30%	-4.694.360,73
	9	712.622,36	3,10%	1.117.292,90	4,10%	404.670,55
	Total	23.046.566,68	100,00%	26.978.775,91	100,00%	3.932.209,23
1999	2	33.820,31	0,10%	18.030,17	0,10%	-15.790,14
	3	11.540.438,06	41,80%	19.368.944,80	65,20%	7.828.506,74
	4	1.883.351,79	6,80%	3.885.088,15	13,10%	2.001.736,36
	5	312.121,65	1,10%	472.717,03	1,60%	160.595,38
	6	31.019,78	0,10%	33.199,40	0,10%	2.179,62
	7	5.527.106,04	20,00%	2.991.621,69	10,10%	-2.535.484,36
	8	7.117.535,22	25,80%	1.630.037,19	5,50%	-5.487.498,03
	9	1.137.669,98	4,10%	1.287.179,95	4,30%	149.509,97
	Total	27.583.062,82	100,00%	29.686.818,38	100,00%	2.103.755,56
2000	2	45.782,94	0,10%	33.139,08	0,10%	-12.643,86
	3	14.253.039,67	42,60%	25.020.247,42	67,90%	10.767.207,75
	4	2.396.134,58	7,20%	4.081.475,47	11,10%	1.685.340,89
	5	423.172,43	1,30%	905.812,82	2,50%	482.640,40
	6	47.975,64	0,10%	46.391,24	0,10%	-1.584,40
	7	6.727.615,96	20,10%	3.516.195,36	9,50%	-3.211.420,60
	8	8.481.738,62	25,30%	1.612.450,27	4,40%	-6.869.288,35
	9	1.113.109,84	3,30%	1.612.059,19	4,40%	498.949,36
	Total	33.488.569,67	100,00%	36.827.770,85	100,00%	3.339.201,19
2001	2	43.197,57	0,10%	34.284,13	0,10%	-8.913,44
	3	16.743.839,26	42,10%	29.013.407,86	64,90%	12.269.568,60
	4	3.073.430,59	7,70%	4.803.608,96	10,70%	1.730.178,38
	5	1.414.891,19	3,60%	2.983.293,82	6,70%	1.568.402,63
	6	54.658,99	0,10%	63.990,66	0,10%	9.331,68
	7	7.905.615,26	19,90%	4.146.454,65	9,30%	-3.759.160,61
	8	9.302.636,65	23,40%	1.665.218,13	3,70%	-7.637.418,52
	9	1.230.204,84	3,10%	1.977.031,82	4,40%	746.826,99
	Total	39.768.474,34	100,00%	44.687.290,03	100,00%	4.918.815,70
2002	2	39.883,85	0,10%	36.041,35	0,10%	-3.842,51
	3	20.717.532,43	52,10%	33.653.129,55	75,30%	12.935.597,13
	4	3.576.054,27	9,00%	5.128.593,12	11,50%	1.552.538,85
	5	1.537.571,03	3,90%	3.130.792,12	7,00%	1.593.221,09
	6	58.310,74	0,10%	73.200,98	0,20%	14.890,24
	7	8.415.415,13	21,20%	4.353.692,67	9,70%	-4.061.722,46
	8	9.686.822,55	24,40%	1.828.262,95	4,10%	-7.858.559,61
	9	1.391.468,49	3,50%	2.300.887,77	5,10%	909.419,27
	Total	45.423.058,49	100,00%	50.504.600,50	100,00%	5.081.542,01

Fonte: GUARAGNA (2004).

Nota: CAE = Código de Atividade Econômica (substituído pelo CNAE, onde N é igual a Nacional), sendo CAE 1 – Produção e extração animal/vegetal; CAE 2 – Indústria extrativa mineral; CAE 3 – Indústria de transformação; CAE 4 – Indústria de beneficiamento; CAE 5 – Indústria de montagem; CAE 6 – Indústria de acondicionamento e recondicionamento; CAE 7 – Comércio atacadista; CAE 8 – Comércio varejista; e CAE 9 – Serviços e outros.

Na Tabela 12, é possível observar os segmentos que mais contribuíram para o saldo comercial interestadual positivo desde 1997. São nove os setores que mais se destacam: químico/petroquímico, metalmeccânico, automotivo, alimentício, de implementos agrícolas, de informática, da indústria de borracha, calçadista e de fumo.

Tabela 12 - Saídas interestaduais (em R\$ mil) por setores selecionados (1997 a 2002)

Setor	Evolução Absoluta 97/02	2002	2001	2000	1999	1998	1997
Química / Petroquímica	3.83	4.544	3.384	2.514	1.386	77	710
Metalmeccânico	2.250	2.959	2.810	2.632	1.806	1.292	709
Automotivo	1.830	1.830	1.396	381	87	0	0
Alimentício	933	1.487	1.253	1.049	946	651	554
Implementos Agrícolas	865	1.491	1.029	863	640	688	627
Informática	425	425	275	164	0	0	0
Indústria Borracha	349	452	391	250	174	167	103
Calçadista	73	454	470	429	347	352	381
Fumageiro	30	125	96	43	192	115	95
Total dos Setores	10.590	13.767	11.104	8.326	5.577	4.039	3.178
Saídas Totais Outras UF	26.596	50.505	44.687	36.828	29.687	26.979	23.908

Fonte: Adaptada de Guaragna (2004).

Tais setores contribuíram com 39,8% do total das saídas entre 1997 a 2002 (Tabela 13), alcançando um valor de R\$ 10,6 bilhões. O setor químico/petroquímico se destaca em primeiro lugar, pois de 1997 a 2002 teve uma elevação absoluta em suas saídas de R\$ 3,8 bilhões; seguido das empresas do ramo metalmeccânico, com R\$ 2,2 bilhões de crescimento no valor de suas vendas, e do automotivo, com R\$ 1,8 bilhão.

Tabela 13 – Participação (%) das saídas interestaduais por setores selecionados (1997 a 2002)

Setor	Evolução % 97/02	2002	2001	2000	1999	1998	1997
Química / Petroquímica	540,00%	10,63%	7,92%	7,22%	4,88%	2,99%	3,11%
Metalmeccânico	317,35%	6,92%	6,57%	7,56%	6,36%	5,00%	3,10%
Automotivo	-	4,28%	3,27%	1,10%	0,31%	0,00%	0,00%
Alimentício	168,41%	3,48%	2,93%	3,01%	3,33%	2,52%	2,43%
Implementos Agrícolas	137,80%	3,49%	2,41%	2,48%	2,25%	2,66%	2,74%
Informática	-	0,99%	0,64%	0,47%	0,00%	0,00%	0,00%
Indústria Borracha	338,83%	1,06%	0,91%	0,72%	0,61%	0,65%	0,45%
Calçadista	19,16%	1,06%	1,10%	1,23%	1,22%	1,36%	1,67%
Fumageiro	31,58%	0,29%	0,23%	0,12%	0,67%	0,45%	0,41%
Total dos Setores	333,20%	32,20%	26,00%	23,90%	19,60%	15,60%	13,90%
Saídas Totais Outras UF	111,25%						
Contribuição dos Setores	39,80%						

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Guaragna (2004).

Nesse ponto, é interessante, a partir do enquadramento dessas atividades/setores naquela classificação da OCDE (segundo a intensidade dos fatores de produção), buscar compreender melhor a especialidade das vendas gaúchas para outros estados do País. Verifica-se que há uma diversificação dessas atividades produtivas. Isto é, no elenco dos produtos vendidos internamente: há produtos intensivos em recursos naturais, como aqueles vinculados ao setor alimentício e fumageiro; há produtos intensivos em trabalho, como os do setor calçadista; há aqueles intensivos em economias de escala como as atividades atinentes à petroquímica; e há ainda produtos intensivos em especialização, como implementos agrícolas e produtos da metalmeccânica; bem como intensivos em conhecimento, como aqueles relacionados à informática. Em síntese, quando se considera a

classificação da OECD de atividades produtivas, verifica-se que o estado apresenta vendas em todos os itens.

Considerações finais

A análise dos fluxos de comércio interestadual e internacional do Rio Grande do Sul realizada no presente trabalho permite verificar que o estado possui superávits comerciais em ambos os fluxos de comércio, tanto por vias internas quanto com o exterior.

O comércio por vias internas representa a maior parte do total transacionado. Confirmando outros estudos - Haddad *et al.* (2002); Silva, Almeida e Oliveira (2007); Farias e Hidalgo (2012); e Leusin Jr., Azevedo e Lélis (2013)⁶ -, o comércio inter-regional se mostrou mais importante do que o internacional; embora, o intraestadual seja ainda superior ao interestadual.

São Paulo é o principal parceiro comercial do RS no comércio interestadual. É para esse estado que mais se vende e é dele que mais se compra. Tal relação comercial é no entanto deficitária para o RS. São os superávits com outros estados que compensam esse déficit. Vale ainda destacar que há uma concentração dos fluxos de comércio – compra e venda – em poucos estados da federação, sinalizando que outras oportunidades de negócio devem ser buscadas junto a outras regiões do País.

Santa Catarina e Paraná, os outros dois estados do Sul, são, respectivamente, o segundo e o terceiro principais parceiros do RS, tanto nas vendas (saídas) quanto nas compras (entradas). Rio de Janeiro e Minas Gerais aparecem na sequência. Esse efeito vizinhança positivo para o comércio observado vai ao encontro do resultado de outros trabalhos nessa área, como o de Domingues *et al.* (2002) e Perobelli e Haddad (2006).

Também esses autores haviam ressaltado que regiões com valores de comércio altos (baixos) localizam-se próximo a outras regiões com valores de comércio igualmente alto (baixo). Na região centro-sul estão localizados os valores alto. Ainda para esses autores, são também as regiões Sudeste e Sul as responsáveis pela maior parcela do PIB nacional, fator central para a explicação do comércio interestadual. O Rio Grande do Sul possui a quarta posição em termos de participação no produto nacional (6,4% em 2011), fazendo parte do grupo “líder” que engloba ainda São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, que juntos concentraram 65,2% do PIB em 2011. Como o comércio relaciona-se ao produto e à renda, há uma tendência natural de reconcentração espacial, traduzida também em maior volume de interações (comércio) entre os estados dessas regiões.

Levando em conta a classificação da OCDE, diferentemente do que se viu quanto à pauta de exportação do Rio Grande do Sul, fortemente calcada em produtos intensivos em trabalho e em recursos naturais, a pauta interestadual de produtos vendidos é mais diversificada e apresenta maior complexidade. Isso porque o RS vende internamente tanto produtos intensivos em trabalho, em recursos naturais, em economias de escala, quanto intensivos em especialização e em conhecimento. Esses últimos com maior valor agregado. Assim, se apenas a pauta exportadora gaúcha fosse alvo de análise, provavelmente ter-se-ia uma idéia de que a estrutura produtiva do estado é menos diversificada do que realmente o é.

Enfim, por meio das informações apresentadas sobre as especificidades do RS quanto à dinâmica espacial do seu comércio, a partir do grau das interações e das características dos

⁶O trabalho de Leusin Jr., Azevedo e Lélis (2013), cujo objetivo foi mensurar a magnitude do efeito fronteira sobre o padrão de comércio internacional e intranacional para o RS no período de 1997-2002, ao mesmo tempo em que destaca o elevado viés doméstico do comércio brasileiro, concluiu que as fronteiras nacionais não representariam custo maior para as exportações do RS em relação aos demais estados. Isto é, para o RS as fronteiras nacionais representam um obstáculo menor aos fluxos de comércio internacionais. Como possíveis causas desse fenômeno apontam a maior proximidade geográfica do estado com outros países, principalmente os do Mercosul, às preferências comerciais garantidas pelo bloco, e o perfil das exportações gaúchas, baseadas principalmente em produtos primários.

produtos, entende-se que se possa melhor avaliar o impacto das políticas industriais e tributárias no território gaúcho, bem como melhor definir as decisões dos agentes públicos no que tange às políticas de desenvolvimento regional.

Referências

BELLO, T. S.; TERUCHKIN, S. U. As exportações gaúchas em 2006: crescimento apesar das dificuldades. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v. 34, n. 4, p. 83-92, 2007.

BELLO, T. S. As exportações do RS por fator agregado. **Carta de Conjuntura FEE**. Porto Alegre, ano 16, n. 2, p. 8, 2007.

BOTELHO, M. R. A.; CORREA, V. P.; GARLIPP, A. A. B. P. D. Fluxos totais de comércio e estrutura produtiva – uma análise para o estado de Minas Gerais. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 39, p. 187-218, jul./dez. 2012.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, Secretaria de Comércio Exterior – SECEX. **Sistema Alice**, 2009a. Acesso em: 13 de julho de 2009, disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>.

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC, Secretaria de Comércio Exterior – SECEX. Estatísticas de Comércio Exterior – DEPLA. **Balança comercial brasileira – Municípios**, 2009b. Acesso em: 18 de junho de 2009, disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>.

CONTRI, A. L. Cresce o volume das exportações do RS em 2006?. **Carta de Conjuntura FEE**. Porto Alegre, ano 16, n. 1, p. 7, 2007.

DOMINGUES, E. P.; HADDAD, E. A.; HEWINGS, G. J. D.; PEROBELLI, F. S. Structural changes in the Brazilian interregional economic system, 1985-1997: holistic matrix interpretation. **Australasian Journal of Regional Studies**, v. 8, n. 1, p. 21- 44, 2002.

FARIAS, J. J. de; HIDALGO, A. B. Comércio interestadual e comércio internacional das regiões brasileiras: uma análise utilizando o Modelo Gravitacional. **Revista Econômica do Nordeste**, volume 43, n. 2, p. 251-265, abr./jun. 2012.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER – FEE-RS, Estatísticas FEE. **Exportações**. Acesso em: 02 de julho de 2009, disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br>>.

GARCIA, A. As exportações gaúchas em 2008. **Texto para Discussão FEE**. Porto Alegre, ano 18, n. 58, 2009.

GUARAGNA, P. Balança comercial interestadual dos contribuintes do ICMS e grau de abertura econômica do Rio Grande do Sul: 1997-2002. **Estudos Econômico-Fiscais**. Secretaria da Fazenda. Porto Alegre, ano 10, n. 47, 2004.

HADDAD, E. A., AZZONI, C. R., DOMINGUES, E. P., PEROBELLI, F. S. Macroeconomia dos estados e matriz interestadual de insumo-produto. **Revista Economia Aplicada**, v. 6, n. 4, out./dez. 2002.

LEUSIN Jr., S.; AZEVEDO, A. F. Z. de; LÉLIS, M. T. C. A vocação exportadora do Rio Grande

do Sul: uma avaliação por meio do efeito fronteira. **Nova Economia**, v. 23, n. 1, p. 101-128, jan./abr. 2013.

PEROBELLI, F. S.; HADDAD, E. A. Padrões de Comércio Interestaduais no Brasil, 1985 e 1997. **Revista Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 61-88, 2006.

RIO GRANDE DO SUL, SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SEFAZ, PUBLICAÇÕES DEE. Estrutura de comércio e exportações municipais: uma visão geral e o desempenho dos municípios de 1998 a 2002. **Estudos Econômico-Fiscais**. Secretaria da Fazenda. Porto Alegre, ano 12, n. 57, 2006. Acesso em: 02 de julho de 2009, disponível em: <<http://www.sefaz.rs.gov.br/Site/PublicacoesDEE.aspx>>.

SEBRAE. **As Micro e Pequenas Empresas na Exportação Brasileira – Brasil e Estados 1998-2006**. Brasília: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, 2007.

SILVA, O. M. da; ALMEIDA, F. M. de; OLIVEIRA, B. M. de. Comércio internacional “x” intranacional no Brasil: medindo o efeito-fronteira. **Nova Economia**, v. 17, n. 3, p. 427-439, set./dez. 2007.

TATSCH, A. L. *et al.* Os Arranjos Produtivos Locais no Rio Grande do Sul: mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio. **Relatório II**. Rio de Janeiro: BNDES, 2009. (mimeo)

TERUCHKIN, S. U. O crescimento do valor das exportações gaúchas de 2004 a 2006: a importância dos preços. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 53-60, 2007.

VASCONCELOS, J. R. Matriz do fluxo de comércio interestadual de bens e serviços no Brasil – 1998. **Texto para Discussão IPEA**. Brasília, n. 783, 2001a.

VASCONCELOS, J. R. Matriz do fluxo de comércio interestadual de bens e serviços no Brasil – 1999. **Texto para Discussão IPEA**. Brasília, n. 817, 2001b.

VASCONCELOS, J. R., OLIVEIRA, M. A. Análise da matriz por atividade econômica do comércio interestadual no Brasil – 1999. **Texto para Discussão IPEA**. Brasília, n. 1.159, 2006.

Recebido em 04.06.12

Aprovado em 07.03.14